

NOTA HISTÓRICA

Museu, escola e suas relações com patrimônio e memória*

A estreita relação entre museus e conhecimento é tão antiga quanto o próprio museu se consideramos, como nos afirma Julião (2006), que o mesmo era, em seus primórdios na Grécia antiga, não um lugar para deleite de obras e bens culturais, mas "... locais reservados à contemplação, aos estudos científicos, literários e artísticos"¹.

Já nos séculos XVI e XVII, com a multiplicação dos gabinetes de curiosidades por toda a Europa, a ideia de museus ganha a forma de um lugar para depósito de objetos escolhidos por seu caráter exclusivo, pela beleza, pela utilidade singular ou mesmo pelo exotismo.

Segundo Cândido (2004), esse primeiro momento é marcado pelo ecletismo, com uma valorização da quantidade e diversidade do acervo, sem muita preocupação com a organização e descrição dos objetos, mas com a reação do restrito público visitante. Apesar disso, ao tentarem abarcar todo o conhecimento humano de forma enciclopédica, esses gabinetes de curiosidades acabaram por preservar traços da cultura local, bem como das descobertas científicas da época, além de peças coletadas pelas missões científicas e viagens aos novos territórios "descobertos".

Após a Revolução Francesa (1789),² os museus começam a deixar de ser gabinetes particulares de curiosidades, com o papel de conferir *status* de erudição e poder a seus proprietários, assumindo paulatinamente a função de "expor" bens culturais e, conseqüentemente, servir como ferramenta de conhecimento e pesquisa. O Iluminismo, em sua busca pelo conhecimento e esclarecimento do homem, acabou por dar uma nova roupagem para os museus.

Ao mesmo tempo, novas funções são atribuídas a estas instituições, somando-se à coleção e ao desenvolvimento do saber as missões educativa e de proteção do patrimônio, além do reforço das identidades (CÂNDIDO, 2004:29).³

Segundo Falcão (2009), os museus de hoje, depois de passarem por diversas transformações, permitem uma

relação diferenciada com o público, que se dá de forma mais dinâmica no que tange à transmissão de conhecimento. Não se trata mais do conhecimento compartilhado gestado no século XVIII, mas de uma apropriação dos saberes pelo indivíduo, que é uma complementaridade ao ensino convencional.

A educação museal funciona, nesse contexto, como poderosa ferramenta de preservação do patrimônio, visto que, por meio das ações educativas não formais, pode-se ampliar o conhecimento adquirido pelo visitante no seu cotidiano, desencadeando e/ou reforçando laços de identificação com os bens culturais, provocando uma conscientização quanto à necessidade de protegê-los.

Entendemos que os museus são mais que depositários de vestígios do passado: são depositários de memória social e, portanto, espaços não formais de educação, privilegiados pela riqueza cultural de que são formados.

Trabalhar-se-á aqui com a ideia de espaço educativo não formal, como aquele que, embora diverso da escola, proporciona conhecimento e auxilia no processo educativo e cultural de aprendizagem. Dessa forma, a relação do conhecimento escolarizado com seu conteúdo programático enriquecido pelo universo de possibilidades, propiciado por espaços como os museus e arquivos, potencializa a aprendizagem.

Nesse sentido, os ganhos extrapolam os verificados de maneira imediata; vão além do aprendizado propriamente dito, culminando em sentimentos de pertencimento social para com o bem visitado, gerando o desejo de saber mais informações e cuidar daquilo que agora, através da afetividade gerada, é identificado como parte integrante da história social e coletiva do indivíduo.

Acreditando que a história da Justiça se confunde com a história da sociedade, há mais de duas décadas foi criada a Memória do Judiciário Mineiro, que tem, como objetivo maior, a defesa e a promoção da história do Poder Judiciário em Minas.

Com um museu constituído por fragmentos diversos dessa história, o acervo é formado por peças de usos de época, indumentárias, processos, obras iconográficas e documentos em vários suportes que são parte da história da sociedade mineira e suas transformações, explicitadas nas mudanças sofridas pelo fazer jurídico.

* Nota histórica elaborada por Andréa Vanessa da Costa Val, Assessora da Memória do Judiciário Mineiro, e Michelle de Mello Lara (estagiária da Mejud), sob a supervisão do Des. Hélio Costa, Superintendente da Memória do Judiciário Mineiro em dezembro de 2009.

¹ JULIÃO, Leticia. Apontamentos sobre a história dos museus. In: *Caderno de Diretrizes Museológicas 1*, Superintendência de Museus/Secretaria de Cultura de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006 p. 20 em: http://www.cultura.mg.gov.br/arquivos/Museus/File/caderno-diretrizes/cadernodiretrizes_segundaparte.pdf

² CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

³ CÂNDIDO, Manuelina Marta Duarte. *Arqueologia musealizada: Patrimônio cultural e preservação em Fernando de Noronha*, p. 29, em [www.unirio.br/museologia/textos/arqueo-musea\[2\].pdf](http://www.unirio.br/museologia/textos/arqueo-musea[2].pdf)

O papel cultural e social dos museus extrapola, em muito, o de guardar reminiscências do passado, objetivando a pesquisa, a divulgação e a disponibilização do conhecimento possibilitado pelo acervo. Pensando nisso, a Mejud, desde sua criação, busca esse diálogo entre a Instituição e o público, mediada pela comunicação propiciada pela exposição museológica.

Em 2006, procurando maior interação com a sociedade em geral, foi lançado o Projeto Sempre Memória, que conta com ações como exposições itinerantes, permanentes, trimestrais, realização de palestras, fóruns, entre outros.

Nesse projeto, procurou-se valorizar a função educativa do museu por meio da criação do Espaço do Professor e do Jogo da Memória, em complementação às demais ações de cunho educacional já existentes, como elaboração de pesquisas e textos, visitas guiadas e orientadas.

O Espaço do Professor tem como objetivo orientar e ampliar os horizontes do conhecimento em relação à importância do papel pedagógico e cultural do museu, unindo aos conteúdos ministrados em sala de aula aqueles que estão em conexão com o nosso passado. No museu, o professor é convidado a conhecer e a investigar, realizando uma análise reflexiva sobre acervo e espaço, priorizando a metodologia da comunicação, em que podem ser oferecidas oportunidades de aprendizagem e divertimento.

O Jogo da Memória visa ao intercâmbio entre a aprendizagem motivada pelo ambiente estimulador da curiosidade que deu origem a questionamentos por parte dos estudantes, levando-os à posse de um conhecimento que transcende a esfera do espaço formal da educação e estimulando a valorização afetiva da memória e de seu patrimônio.

Desse modo, o jogo tem a finalidade de incentivar os participantes a se tornarem conhecedores da importância da conservação do patrimônio existente no Museu da Memória do Judiciário e da interligação memória-história. E isso por intermédio de um modo prazeroso e informativo, que é a brincadeira.

Essas ações visam aproximar os educadores e as escolas da história institucional do Judiciário, favorecendo uma apropriação do indivíduo pelo espaço e pela história, da qual ele faz parte e é agente construtor. Assim, espera-se contribuir para o reforço dos laços identitários da sociedade, de que a memória coletiva é parte fundamental, trabalhando na consolidação da formação cidadã.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Mortara Adriana. Desafios da relação museu-escola. *Revista Comunicação & Ciência*, São Paulo, n.

10, v. 03, set./dez. 1997 em: <http://www.revistas.univer-ciencia.org/index.php/comeduc/article/viewArticle/4369>. Acesso em: 25 jul. 2009.

ARAÚJO, Helena Maria Marques. Educar para cidadania. In: *Produção de saberes nos lugares de memória*. Em www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2006/eeeh/tetx3.htm. Acesso em: 25 jul. 2009.

_____. Os espaços educativos não-formais. In: *Memória e produção de saberes em espaços educativos não-formais*. Usos do Passado — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006 em: <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/Helena%20Maria%20Marques%20Araujo.pdf>

CÂNDIDO, Manuelina Marta Duarte. *Arqueologia musealizada: patrimônio cultural e preservação em Fernando de Noronha*. Dissertação de mestrado em arqueologia. USP/SP/2004, p. 29 em: [www.unirio.br/museologia/textos/arqueo-musea\[2\].pdf](http://www.unirio.br/museologia/textos/arqueo-musea[2].pdf). Acesso em: 25 jul. 2009.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

FALCÃO, Andréa. *Museu e escola: educação formal e não-formal*. Entrevista realizada em 27.02.2009 em: http://www.tvbrasil.org.br/saltoparaofuturo/entrevista.as?p?cod_Entrevista=29. Acesso em: 25 jul. 2009.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história dos museus. In: *Caderno de Diretrizes Museológicas 1*, Superintendência de Museus/Secretaria de Cultura de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 20, 2006. In: http://www.cultura.mg.gov.br/arquivos/Museus/File/caderno-diretrizes/cadernodiretrizes_segundaparte.pdf. Acesso em: 25 jul. 2009.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. Museu e educação: conceitos e métodos. Artigo extraído da abertura do Simpósio Internacional "Museu e educação: conceitos e métodos", realizado no período de 20 a 25 de agosto. In: <http://www.rem.org.br/>. Acesso em: 25 jul. 2009.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. *Revista Educação & Sociedade*, ano XXI, nº 71, Ed. Centro de Educação e Sociedade CEDES/UNICAMP, p. 166-193, jul./2000. <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n71/a08v-2171.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2009.

...